



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO B - Bairro Esplanada, Brasília/DF, CEP 70068-901
Telefone: 61 2028 1330/1454 - DGC@mma.gov.br - http://www.mma.gov.br/

CONTRATO Nº (ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO)/2022

Processo nº 02000.005548/2021-12

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO (A)**

E A EMPRESA

A União, por intermédio do Ministério de Meio Ambiente, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0002-98, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 02000.005548/2021-12 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de transporte terrestre de veículo automotor, com e sem motorista, em caráter eventual, para atender as necessidades do Ministério do Meio Ambiente, em deslocamentos oficiais dos servidores, nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 1 (REGIÃO NORDESTE - EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	CATSER	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA ANUAL (A)	VALOR UNITÁRIO R\$ (B)	VALOR TOTAL ANUAL R\$ C = (AxB)
			Veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender ao				

1	1	23213	Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE	15 (diárias)		
	2	23213	Veículo tipo executivo, COM motorista, para atender ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE	15 (diárias)		
	3	23213	Veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE	15 (diárias)		
	4	23213	Veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORDESTE	15 (diárias)		
	5	25372	Administração, gerenciamento e controle de custos correlatos, como eventual implantação, intermediação e administração por meio de tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, Tag's ou micro processado de gerenciamento para aquisição de combustível, limpeza e higienização veicular, estacionamentos e pedágios. Observações: 1) Valor pago mensalmente de acordo com o uso e apresentação mensal de relatório detalhado dos abastecimentos, limpeza/higienização, estacionamentos e pedágios. 2) *O valor total anual não será objeto de lances ou alteração na licitação, uma vez que se trata de estimativa de valor para reembolso de despesas	NORDESTE	1 (serviço)	12.526,85	12.526,85
VALOR TOTAL DO GRUPO							R\$

GRUPO 2 (REGIÃO NORTE - EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	CATSER	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
					(A)	(B)	C = (AxB)
2	6	23213	Veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE	15 (diárias)		
	7	23213	Veículo tipo executivo, COM motorista, para atender ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE	15 (diárias)		
	8	23213	Veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicomcombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os	NORTE	15 (diárias)		

		equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.				
9	23213	Veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	NORTE	15 (diárias)		
10	25372	Administração, gerenciamento e controle de custos correlatos, como eventual implantação, intermediação e administração por meio de tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, Tag's ou micro processado de gerenciamento para aquisição de combustível, limpeza e higienização veicular, estacionamentos e pedágios. Observações: 1) Valor pago mensalmente de acordo com o uso e apresentação mensal de relatório detalhado dos abastecimentos, limpeza/higienização, estacionamentos e pedágios. 2) *O valor total anual não será objeto de lances ou alteração na licitação, uma vez que se trata de estimativa de valor para reembolso de despesas	NORTE	1 (serviço)	12.526,85	12.526,85
VALOR TOTAL DO GRUPO						R\$

GRUPO 3 (REGIÃO SUL - EVENTUAL)

GRUPO	ITEM	CATSER	TIPO DO VEÍCULO/DESCRIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	QTD. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
					(A)	(B)	C = (AxB)
3	11	23213	Veículo tipo executivo, SEM motorista, para atender ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL	15 (diárias)		
	12	23213	Veículo tipo executivo, COM motorista, para atender ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva (e SECEX Adjunta), deverá possuir as seguintes características mínimas: ser 4 portas, 5 lugares, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio ABS, cor preferencialmente preta, nacional ou importado, potência mínima de 150 CV, com até 03 (três) anos de fabricação ou 60.000 km, diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL	15 (diárias)		
	13	23213	Veículo tipo comum (básico), SEM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL	15 (diárias)		
	14	23213	Veículo tipo comum (básico), COM motorista, deverá ser novo ou seminovo, com no máximo 03 (três) anos de fabricação, em perfeito estado de conservação, 04 (quatro) portas, ar-condicionado, de cor preferencialmente branca ou prata única, bicombustível, motor de capacidade mínima de 100 (cem) cavalos de potência, capacidade para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), diária com quilometragem livre e veículo dotado de todos os equipamentos e acessórios exigidos pelo CONTRAN.	SUL	15 (diárias)		
	15	25372	Administração, gerenciamento e controle de custos correlatos, como eventual implantação, intermediação e administração por meio de tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, Tag's ou micro processado de gerenciamento para aquisição de combustível, limpeza e higienização veicular, estacionamentos e pedágios. Observações: 1) Valor pago mensalmente de acordo com o uso e apresentação mensal de relatório detalhado dos abastecimentos, limpeza/higienização, estacionamentos e pedágios. 2) *O valor total anual não será objeto de lances ou alteração na licitação, uma vez que se trata de estimativa de valor para reembolso de despesas	SUL	1 (serviço)	12.526,85	12.526,85
VALOR TOTAL DO GRUPO							R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20....., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

5.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor responsável pela execução do objeto do contrato.

5.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. O pagamento dos serviços em caráter eventual será realizado pela quantidade efetiva de diárias.

5.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

5.6. A Nota Fiscal/Fatura ou Recibo deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura ou o Recibo apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.7.1. o prazo de validade;

5.7.2. a data da emissão;

5.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.7.4. o período de prestação dos serviços;

5.7.5. o valor a pagar; e

5.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou Recibo, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

		I = 0,00016438	
I = (TX)	I =	(6 / 100)	TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. **As obrigações da CONTRATANTE são:**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas,

indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

9.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, exceto quando se fizer necessária uma intervenção imediata para evitar um mal maior, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação contar com o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

9.1.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do serviço objeto do contrato;

9.1.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. As obrigações da CONTRATADA são:

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

9.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.2.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.2.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.12. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, informando, imediatamente, as ocorrências ao Ministério do Meio Ambiente/MMA.

9.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.14. Utilizar os veículos na prestação dos serviços de transporte, respeitando as especificações contidas no Termo de Referência, mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas que regulamentam a utilização de veículos, emanadas pelo Poder Público.

9.2.15. Substituir, imediatamente, o veículo que vier a se acidentar ou que não se apresente em perfeitas condições de utilização.

9.2.16. Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição do Ministério do Meio Ambiente/MMA, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza.

9.2.17. Prestar esclarecimentos ao Ministério do Meio Ambiente/MMA, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

9.2.18. Adotar providências necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidente e informar imediatamente ao Ministério do Meio Ambiente/MMA.

9.2.19. Responsabilizar-se por todas as despesas com os veículos, inclusive as relativas à manutenção, acidentes, multas, licenciamento, impostos, taxas, e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando ao Ministério do Meio Ambiente/MMA, de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências, quando for cabível.

9.2.20. Fornecer meios de comunicação, sem qualquer restrição ou ônus para os motoristas dos veículos (locados) e de sua propriedade, sem qualquer ônus para o Ministério do Meio Ambiente/MMA, informando seus respectivos números ao representante da Administração.

9.2.21. Atender as solicitações dos serviços de transporte nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

9.2.22. A contratada deverá manter a supervisão administrativa e gerenciamento das atividades operacionais como: supervisionar as condições dos veículos disponibilizados para a prestação dos serviços; manter a supervisão dos serviços pelo representante/preposto; administrar as atividades operacionais; atender às solicitações do contratante conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

9.2.23. A contratada que prestará os serviços de transporte em caráter eventual, deverá ter um preposto (representante), com endereço (local físico) definido da matriz ou filial, com telefone disponível, para atendimento das solicitações dos serviços demandados para cada Estado ou Região, que atuará de forma exclusiva junto ao servidor da Administração incumbido de atuar nas solicitações dos serviços.

9.2.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.2.25. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes do Termo de Referência.

9.2.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.2.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

9.2.32. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006 e artigo 7º do Decreto n. 8.538/2015.

9.2.32.1. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

9.2.32.2. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- I - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV - Comportar-se de modo inidôneo ou
- V - Cometer fraude fiscal.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multa de:**

10.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da última parcela, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

10.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ficando configurada a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.3. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal contratado, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

10.2.2.4. 7% por hora sobre o valor da diária, no caso de atraso injustificado para disponibilização do veículo no horário e local pré-estabelecidos, limitado a incidência a 2 (duas) horas;

10.2.2.5. 20% sobre o valor da diária, no caso de atraso injustificado por período superior ao previsto no subitem anterior. A partir da 3ª (terceira) hora de atraso, poderá ser considerado inexecução parcial;

10.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

10.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados

10.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor da diária
2	0,4% sobre o valor da diária
3	0,8% sobre o valor da diária
4	1,6% sobre o valor da diária
5	3,2% sobre o valor da diária

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por diária contratada	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
---	--	----

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente

cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. É eleito o Foro da Brasília/Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93. .

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Referência: Processo nº 02000.005548/2021-12

SEI nº 0902062